

A **justiça restaurativa** é tipicamente definida a partir dos seguintes princípios :

- Envolvência e respeito mútuo entre a vítima (s) e ofensor(es);
- Foco na reconciliação, reparação do dano e a sua prevenção;
- Fortalecimento do diálogo e comunicação entre vítima (s) e ofensor(es);
- Promoção de práticas informais assentes num controlo social inclusivo, não estigmatizante e responsabilizador;
- Atribuição de um papel mais significativo à vítima - *empowerment*;
- Voluntariedade do(s) ofensor(es) e da (s) vítima(s).

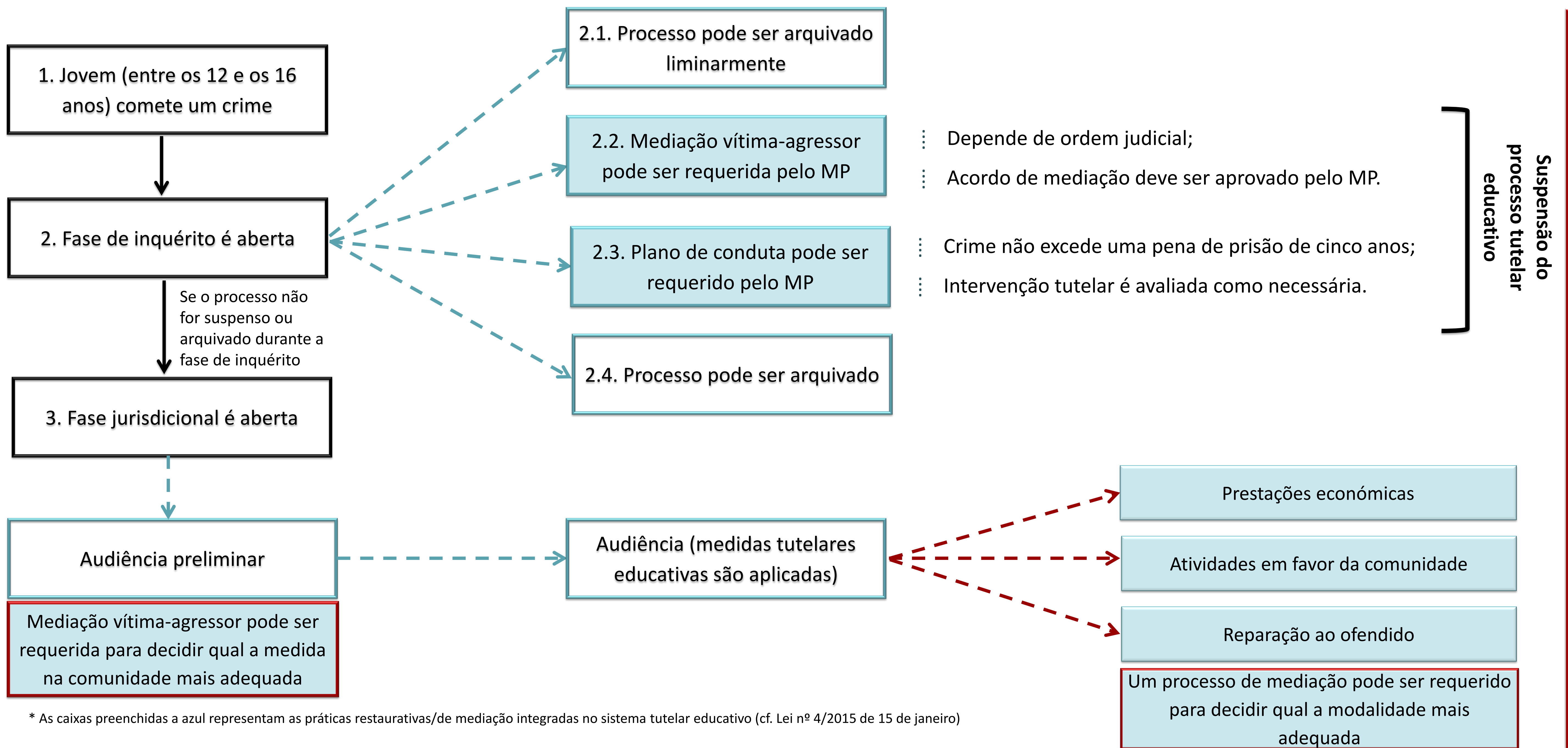
(Johnstone & Van Ness, 2007; Zernova, 2007)

A **mediação** é uma das práticas baseadas em princípios restaurativos. Em Portugal, o sistema de justiça (penal e tutelar educativo), tem vindo a considerar a mediação como base para práticas reparadoras.

A mediação pode ser definida como um processo:

- Informal e flexível;
- Orientado por um *mediador*, que promove a aproximação entre o ofensor e a vítima, suportando-os ativamente no desenvolvimento de um acordo,
- Em que o acordo se direciona para a reparação dos danos causados pela prática do ilícito e para a restauração da paz.

(cf. Lei 21/2007 de 12 de junho)



DESAFIOS

Escassa utilização das práticas baseadas na justiça restaurativa no sistema tutelar educativo: estatísticas recentes da DGRSP (2013) e um estudo do Observatório Permanente da Justiça (2010) dão conta de como as medidas tutelares educativas baseadas em princípios restaurativos (*e.g.*, reparação ao ofendido – sem nenhuma medida em execução em dezembro de 2013) e a mediação vítima –agressor são raramente aplicados no âmbito de processos tutelares educativos.

Diálogo e integração de diretrizes e práticas internacionais: de modo a promover o desenvolvimento, aplicação e diversificação das práticas restaurativas no sistema tutelar educativo é premente rever e discutir a adoção política de diretrizes e práticas desenvolvidas a nível europeu/internacional.

Análise crítica dos discursos dos decisores políticos e dos técnicos de terreno em matéria de justiça juvenil: de modo a responder aos desafios apresentados, o projeto REVIJ (JUST/2013/JPEN/AG/4513) visa analisar criticamente os posicionamentos de diferentes profissionais envolvidos no sistema tutelar educativo, relevando as dificuldades durante a implementação de práticas restaurativas/mediação e possíveis ações para colmatá-las.